



**Parecer**

Concordo e subscrevo  
a apreciação superior

*[Handwritten signature]*

22.08.2016

Ao CA 24/8/16 *[Handwritten initials]*

*[Handwritten signature]*

Henrique Martins  
Presidente do Conselho de Administração

**Despacho/Deliberação**

O CA aprovou 26/8/16

*[Handwritten signature]*

Henrique Martins  
Presidente do Conselho de Administração

*[Handwritten signature]*

Rogério Pereira Rodrigues  
Vogal do Conselho de Administração

2016 08 26

*[Handwritten signature]*

Artur Timóteo Mimoso  
Vogal do Conselho de Administração

N.º: **58/DPDO/2016**

Data: **12 de Agosto de 2016**

Assunto: **RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO 2º TRIMESTRE DO PAO 2016**

**Finalidade**

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS), proposta de Relatório de Monitorização do 2º Trimestre do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2016.

**Análise**

2. O desenvolvimento, implementação e divulgação de um Plano de Atividades são requisitos legais previstos nos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro<sup>1</sup> do Ministério das Finanças. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do *supracitado* decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.
3. O presente relatório além da execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2016 dos Serviços Partilhados do Ministério da saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.
4. Este relatório tem por objetivos:

<sup>1</sup> Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.



- I. Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS;
- II. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- III. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

### Conclusão

5. Concluído o relatório, torna-se necessário obter a aprovação do Conselho de Administração.

### Proposta

6. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:
  - a. Aprovação do Relatório de Monitorização do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento do 2º Trimestre de 2016, que junto se anexa.
  - b. Divulgação via e-mail aos Diretores da SPMS, EPE e publicação no site.
  - c. Envio à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

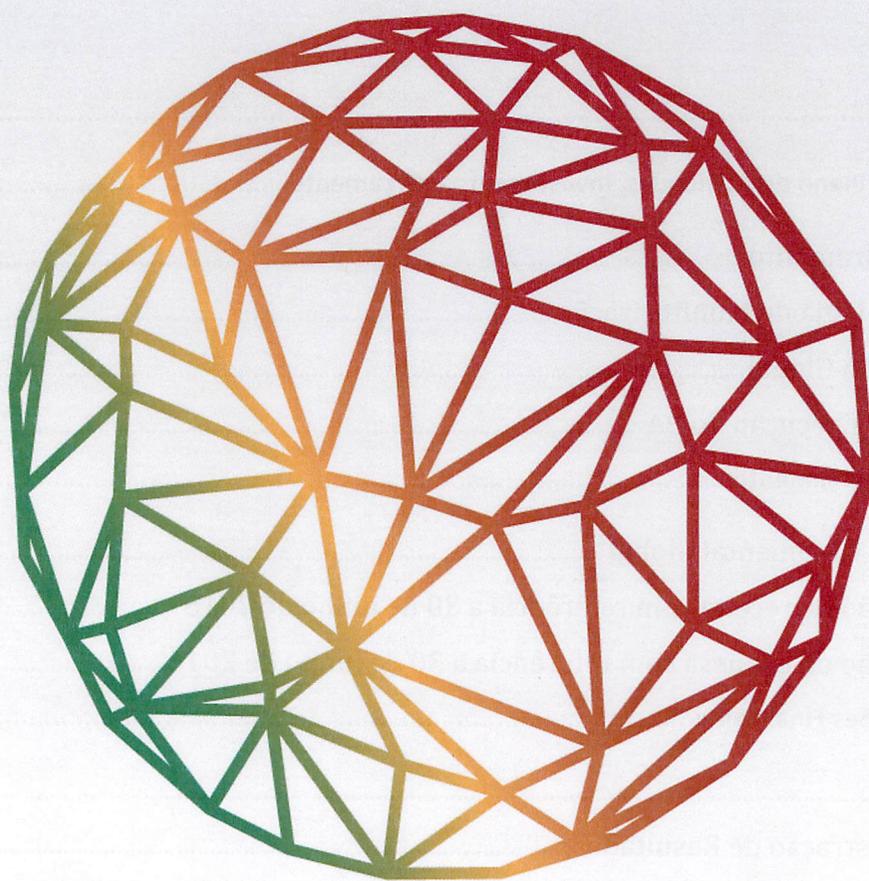
À consideração superior,

DIREÇÃO PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO  
ORGANIZACIONAL

Ana Maria  
da Cruz  
Vidigal  
Moutinho

Assinado de forma digital por  
Ana Maria da Cruz Vidigal  
Moutinho  
DN: c=PT, o=Serviços  
Partilhados da Saúde EPE,  
ou=Serviços Partilhados da  
Saúde EPE, cn=Ana Maria da  
Cruz Vidigal Moutinho  
Dados: 2016.08.12 17:39:52  
+01'00'

**Anexo:** Relatório de Monitorização do 2º Trimestre do PAO 2016.



Relatório de Monitorização  
do  
Plano de Atividades e Orçamento

---

2.º Trimestre de 2016



**SPMS**<sub>EPE</sub>  
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



<b>I. Introdução</b> .....	<b>2</b>
<b>II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento</b> .....	<b>4</b>
1. Enquadramento .....	4
2. Metodologia de Monitorização .....	5
3. Execução Global .....	6
4. Notas à Execução do PA .....	7
<b>III. Execução do orçamento</b> .....	<b>12</b>
5. Análise Orçamental Global .....	12
6. Execução da receita com referência a 30 de junho de 2016 .....	12
7. Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2016 .....	15
<b>IV. Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>18</b>
1. Balanço .....	18
2. Demonstração de Resultados .....	19
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	20
4. Notas às Demonstrações Financeiras .....	21
<b>V. Indicadores</b> .....	<b>25</b>
<b>VI. Conclusão</b> .....	<b>26</b>



## I. Introdução

Decorre dos artigos 43º e 44º (SUBSECÇÃO II, Obrigações e responsabilidades das empresas do sector público empresarial) do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro<sup>1</sup>, a obrigatoriedade de elaboração de um Plano de Atividades. Está também previsto no artigo 25º (SECÇÃO III, Orientações e controlo) do supracitado decreto-lei a elaboração de Relatórios Trimestrais, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento.

O presente relatório, para além do acompanhamento da execução dos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais previstos no Plano de Atividades (PA) de 2016 dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), integra também o relatório trimestral de execução orçamental que se enquadra nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro<sup>2</sup>, do n.º 4 do artigo 61.º do Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março<sup>3</sup>, bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

O presente relatório tem os seguintes objetivos:

- i. Apresentar o grau de execução dos objetivos fixados no PA, no que se refere aos Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais realizados pela SPMS no final do 2º trimestre;
- ii. Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- iii. Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

É de referir que as contas da SPMS do final do 2.º trimestre de 2016 refletem ainda o reconhecimento contabilístico da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas acima referidos (adiante ACEs SOMOS), não tendo ainda sido concretizado o aumento de capital que possibilita a liquidação dos passivos transmitidos. Neste contexto, a SPMS mantém-se abrangida pelo regime previsto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

<sup>1</sup> Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

<sup>2</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, n.º 209/2015, de 25 de setembro, e n.º 32/2016, de 28 de junho.

<sup>3</sup> Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2015.





## II. Execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento

### 1. Enquadramento

O presente relatório apresenta os resultados da execução do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento de 2016 (PA 2016) no 2º trimestre do corrente ano e assenta na análise do cumprimento verificado dos Objetivos Estratégicos (OE) e Objetivos Operacionais (OOP) previstos no Plano Estratégico 2014-2016 e vertidos no PA 2016. Neste enquadramento, e de acordo com a metodologia descrita no capítulo seguinte, foi solicitada uma autoavaliação aos responsáveis das diferentes Direções, relativamente ao grau de execução dos OOP, Indicadores e Atividades à data de 30 de junho de 2016.

O PA 2016, elaborado com base no Plano Estratégico 2014-2016, considera os seguintes OE:

- OE1: Reforçar a governação nas TIC e nas compras;
- OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e do Serviço Nacional de Saúde (SNS)/Ministério da Saúde (MS);
- OE3: Otimizar os recursos do SNS /MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS;
- OE4: Promover a excelência operacional e qualidade dos serviços;
- OE5: Promover inovação, investigação e desenvolvimento na SPMS e no SNS;
- OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores.

Estes OE refletem a organização da SPMS nas suas duas áreas essenciais:

- Área de negócio, que assume a gestão e operação do ciclo de vida dos serviços prestados, bem como a gestão de clientes, de serviços e a inovação.
- Área de suporte, que assegura as atividades transversais de apoio administrativo, gestão financeira, patrimonial, de recursos humanos, recursos logísticos e aprovisionamento, apoio jurídico e contencioso.

O PA 2016 assentou numa lógica de planeamento em cascata, na qual para cada OE foram definidos OOP, indicadores e atividades como garantia do seu cumprimento. Neste sentido, o PA 2016 está enquadrado nos seis OE descritos em cima que se dividem por 53 OOP, decompostos em 115 indicadores e 189 atividades.



## 2. Metodologia de Monitorização

Para a monitorização da execução do PA 2016, solicitou-se aos Diretores da SPMS que autoavaliassem o cumprimento dos indicadores, bem como o estado das atividades previstas, para cada OOP e OE.

Cada indicador foi avaliado face ao cumprimento da meta planeada, tendo sido atribuídos diferentes ponderações de acordo com o estado de realização do mesmo. Assim, foram atribuídos as seguintes estados e correspondentes ponderações:

- 1 - Superado (ponderação 1,2);
- 2 – Cumpre (ponderação 1);
- 3 – Não cumpre (ponderação 0).

Cada atividade foi avaliada face à execução da mesma, tendo sido atribuídos diferentes estados. Assim, foram atribuídos as seguintes estados:

- 1 - Concluída;
- 2 – Em curso;
- 3 – Não iniciada;

De acordo com esta autoavaliação apresenta-se a execução do PA segundo duas perspetivas:

- Uma monitorização global por Objetivo Estratégico, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OE. Neste caso, cada OE foi avaliado de acordo com o grau de execução dos seus indicadores:
  - Consideram-se superados os OE que traduzam um cumprimento de mais de 80% indicadores definidos.
  - Consideram-se cumpridos os OE que traduzam um cumprimento entre 60% e 80% dos indicadores definidos.
  - Consideram-se não cumpridos os OE que não traduzam um cumprimento de pelo menos 60% indicadores definidos.

O cumprimento do OE é avaliado com a média ponderada do estado dos indicadores que a compõem.

- Uma monitorização por Objetivo Operacional, onde se incluem a totalidade dos indicadores por OOP. Neste caso, para cada OOP foi apresentado o número de indicadores por grau de execução (Superado, Cumpre, Não cumpre).

### 3. Execução Global

O quadro seguinte permite uma análise global evidenciando para cada OE o estado dos indicadores que o compõe.

Objetivos Estratégicos	Indicadores por OE			Total	% Realização
	1	2	3		
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	1	4	11	16	33%
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	3	8	24	35	33%
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	1		13	14	9%
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	4	5	19	28	35%
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS	3	2	3	8	70%
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	1	2	11	14	23%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>21</b>	<b>81</b>	<b>115</b>	<b>32%</b>

Legenda do Estado de Execução: 1 - Supera; 2 - Cumpre; 3 - Não cumpre.

Segundo a metodologia utilizada pode inferir-se um cumprimento do plano de 32% (considerando os 115 indicadores avaliados).

Dos indicadores monitorizados (n=115) verifica-se que: i) 11% (n=13) foram superados; ii) 18% (n=21) foram atingidos; iii) 70% (n=81) ainda se encontram em curso.

O quadro abaixo descreve o grau de execução das atividades previstas para cada OE.

Objetivos Estratégicos	Atividades Planeadas			Total
	1	2	3	
OE1: Reforçar a Governação nas TIC e nas Compras	10	16	1	27
OE2: Ajustar os produtos e serviços às necessidades de utentes e SNS/MS	9	35	2	46
OE3: Otimizar os recursos do SNS/MS e aumentar a sustentabilidade financeira da SPMS	2	25	4	31
OE4: Promover a Excelência Operacional e Qualidade dos Serviços da SPMS	2	28	20	50
OE5: Promover a Inovação, Investigação e Desenvolvimento na SPMS e no SNS		14	2	16
OE6: Aumentar a satisfação e motivação dos colaboradores da SPMS	1	12	6	19
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>130</b>	<b>35</b>	<b>189</b>

Legenda do Estado: 1: Concluídas; 2: Em curso; 3: Não Iniciadas.

A autoavaliação realizada pelos diretores permite inferir que foram monitorizadas **189** atividades constantes do plano. Das atividades monitorizadas verifica-se que: i) 13% (n=24) das atividades foram concluídas; 69% (n=130) encontram-se em curso; e 19% (n=35) ainda se encontram por iniciar.



#### **4. Notas à Execução do PA**

Da análise efetuada a partir da autoavaliação levada a cabo pelos responsáveis das Direções da SPMS, relativamente aos indicadores e atividades previstas no plano associadas a cada OOP e OE, verificamos que, no final do segundo trimestre, a taxa de execução dos indicadores é de 32%, representando um total de 34 indicadores cujas metas foram cumpridas ou superadas, e que 69% das atividades delineadas para atingir os objetivos estratégicos se encontram em curso. Estes valores representam um acréscimo de 7% nos indicadores superados e/ou atingidos face à monitorização do primeiro trimestre. No que se refere às atividades verifica-se um acréscimo significativo nas concluídas e/ou em curso face à monitorização do primeiro trimestre (24 atividades concluídas e 130 em curso atualmente vs 21 concluídas e 108 em curso no primeiro trimestre).

Conclui-se pois que o PA 2016 se continua em fase de execução permitindo-se antever a execução dos objetivos definidos para 2016. Contudo, será importante realçar que, apesar do desenvolvimento das atividades a um ritmo constante, são desenvolvidas a par destas um conjunto de outras resultantes da emergência de novos serviços e produtos, decorrente de legislação publicada no corrente ano (Anexo I) e de orientações diretamente emanadas da tutela setorial. Esta situação forçou uma afetação não prevista dos recursos existentes às novas atividades para o bom cumprimento pela SPMS da sua missão e atribuições.

Exemplo do referido é a implementação da Receita sem Papel implementada em 80% do território nacional, do Portal do SNS ou a centralização de compras de bens e serviços específicos da saúde. Neste sentido, durante os primeiros dois trimestres do ano, a implementação da estratégia governamental na área da saúde impulsionou a publicação de despachos e emanação de orientações diretas tutelares, atribuindo à SPMS novas competências e responsabilidades o que causou impacto na execução das atividades previstas da SPMS.

Pelo exposto, o segundo trimestre manteve-se, à semelhança do que aconteceu no anterior, fortemente influenciado pelas orientações e medidas assumidas pelo XXI Governo Constitucional, dirigidas ao reforço e melhoria dos sistemas de informação e ao desenvolvimento de novos serviços para o utente e para as Instituições de Saúde, bem como no reforço das atividades no âmbito da Central de Compras da Saúde, áreas core atualmente na competência da SPMS.

Mantiveram-se, igualmente, inalterados os constrangimentos descritos no relatório do primeiro trimestre relacionados com o modelo de financiamento, as cativações orçamentais, as limitações na possibilidade de reforço da capacidade interna de recursos humanos e nas aquisições de serviços. É de referir que se verifica ainda à data a ausência de homologação pela tutela do Contrato-Programa com a ACSS, o que condiciona o financiamento necessário à prestação de serviços de novos desenvolvimentos programados



para o corrente ano, não obstante a SPMS continuar a assegurar os serviços. Também a nível do cliente Direção-geral da Saúde se verifica a impossibilidade, até ao momento de faturar qualquer um dos serviços prestados durante o primeiro semestre deste ano, pois pela sua natureza orgânica e características próprias de financiamento foram-lhe cativadas as verbas que lhe permitiriam formalizar os contratos que asseguram a faturação dos serviços. Salienta-se que apesar da ausência faturação a SPMS continua a assegurar os serviços críticos sem interrupção.

Na sequência das orientações da Tutela à SPMS foi necessário rever o Regulamento Interno, tendo este sido aprovado recentemente<sup>4</sup>, aguardando-se a aprovação do mapa de pessoal<sup>5</sup> que contribuirá para o reforço e adequação dos recursos aos desafios exigidos à SPMS.

Neste enquadramento, a SPMS manteve em desenvolvimento, a par das previstas no PA 2016, ação iniciadas no decurso do primeiro trimestre decorrentes da referida legislação e orientações tutelares, elencadas no relatório do primeiro trimestre.

Face ao que antecede, apresentam-se algumas das principais conquistas assinaladas por cada uma das Direções para o durante o período em análise:

a) **Na Direção de Compras da Saúde**, destacam-se as seguintes conquistas no período:

- a. Desenvolvimento de trabalhos tendo em vista a operacionalização da obrigatoriedade de centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde, para todos os serviços e instituições do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e órgãos e serviços do Ministério da Saúde, decorrente da publicação do Despacho n.º 1571-B/2016 do SES, DR II série n.º 21, de 1/01.
- b. Na Unidade de Compras Agregadas o valor do volume financeiro total respeitante a 12 instituições<sup>6</sup> ascende já a 101.048.651€ em aquisição centralizada;
- c. Foram neste trimestre concluídos 8 novos Acordos-Quadro.

b) **Na Direção de Compras Transversais**,

- a. Unidade Ministerial de Compras – à data de 30 de junho foram elaborados pela UMC:
  - i. 453 procedimentos, dos quais 263 concluídos e 190 em tramitação que dizem respeito, respetivamente, a 6 AQ, 75 por despacho ministerial, 80 por contrato de mandato administrativo e 29 centralizações;
- b. A poupança estimada (diferença entre o preço base total e o valor total adjudicado) ronda os 2.200.000,00 €;

<sup>4</sup> Despacho do Secretário de Estado da Saúde em 16.03.2016, conforme Ofício 2705/2016 do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde.

<sup>5</sup> Ofício L 2230 de 08.04.2016 enviado ao Gabinete do Secretário de Estado da Saúde.

<sup>6</sup> Atividade desenvolvida no âmbito da implementação referido Despacho n.º 1571-B/2016.



- c. No âmbito do despacho referido, a aquisição centralizada pela SPMS dos serviços de manutenção corretiva e evolutiva de software específico da saúde para todas as entidades do MS e instituições do SNS tem um valor global em contratos de 2016 de 12.315.089€, gerando uma poupança relativamente ao preço base dos contratos de 2015, de 8% (redução remuneratória imposta legalmente);
- d. Nas aquisições por contrato de mandato, foram efetuados até ao momento 231 procedimentos com um valor total de 7.483.100€, originando em 151 procedimentos concluídos uma poupança de 1.567.459€;
- e. No que respeita aos Acordos Quadro da SPMS, encontram-se em tramitação os AQ referentes a: Acordo quadro TIC I; Acordo quadro TIC II; Acordo quadro telemedicina; Acordo quadro inquéritos de satisfação; Acordo quadro de certificação de aplicações na saúde; Acordo Quadro Serviços TIC.

c) **Na Direção de Sistemas de Informação**, as principais conquistas foram as seguintes:

- a. No âmbito do Programa de Melhoria de Governance e Gestão: o Processo de Ativação de Boas Práticas no eSIS e a reunião “Boas Práticas no e-SIS” na conferência e-health Summer Week.
- b. No âmbito do Programa de Gestão do Risco e da Segurança do SIS: Framework e Repos. Doc. Relacionada com Risco e Segurança & Ativação de Boas Práticas nas instituições; a apresentação do plano das iniciativas de Risco e Segurança aos Hospitais e ARS no evento e-health Summer Week; e o desenho e definição do Processo de Registo e Notificação de Incidentes de Segurança;
- c. No âmbito da Arquitetura, Interoperabilidade e Projetos Internacionais (AIPI) a adoção da solução de suporte à Arquitetura do SIS; a definição dos Princípios, Referências, Metamodelo, Blueprints com três organizações piloto (ULMS, CHVNGE e SPMS); e carregamento inicial e disponibilização da plataforma online;
- d. No âmbito da área de Gestão de Serviço, assistiu-se ao alargamento dos âmbitos assegurados pelo Centro de Suporte: 1ª linha CIT, CTH, PRVR; CTH; ao lançamento da consulta pública do Centro de Contacto do SNS e a apresentação do planeamento das iniciativas de gestão de serviço aos Hospitais e ARS no evento e-health Summer Week.
- e. Na área dos Sistemas de Registos Nacionais, destacam-se como principais conquistas:
  - i. No Registo Nacional de Utentes (RNU) a execução do Processo de Não Freqüentadores 2016, o reforço de mecanismos de segurança e a evolução dos mecanismos de integração com outros sistemas;



- ii. No eProfissional Saúde o Concurso Internato Médico Formação Específica, decorreu sem constrangimentos, tendo sido possível disponibilizar pela primeira vez o total de vagas *online* em tempo real;
  - iii. No Sistema de Informação de Certificados de Óbitos (SICO) a disponibilização do novo módulo Autópsia Clínica de Adulto e a publicação do Artigo ‘Improving The Mortality Information System In Portugal’ na revista EuroHealth.
- f. Na área de Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa:
- i. No SClínico os módulos de Urgência e Triagem instalados 33 instituições;
  - ii. No SONHO o arranque em produção no Hospital da Horta e a continuação das instalações em curso;
  - iii. No SClínico dos Cuidados de Saúde Primários a disponibilização, a nível nacional, dos Tempos Médios de Espera (TME) das consultas de especialidade no módulo de referênciação.
- d) **Na Direção de Recursos Humanos**, das conquistas alcançadas salientam-se:
- a. Na melhoria das condições dos trabalhadores a celebração de um novo conjunto de 4 acordos/protocolos celebrados para melhoria da resposta às necessidades dos colaboradores (Estacionamento no Porto, Saúde e Beleza em Lisboa, Refeições Confeccionadas no Porto e Ginásio em Lisboa);
  - b. No recrutamento de pessoal a instrução de novo pedido de recrutamento de 33 postos de trabalho;
  - c. Na formação Interna foram iniciados dois cursos com recurso à Bolsa Interna de Formadores, “Assuntos Jurídicos para não Juristas” e “Contratação Pública – Teoria e Prática”.
- e) **Na Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional**, verificaram-se as seguintes conquistas:
- a. A conclusão da aplicação dos questionários de avaliação da satisfação de clientes e publicação dos respetivos relatórios;
  - b. A implementação da plataforma de BI (dashboard do CA) na sua primeira versão, com criação de matriz de indicadores/dimensões, identificação de fontes, métodos de recolha e cálculo e periodicidade;
  - c. A revisão e melhoria dos procedimentos internos e metodologias, nomeadamente a monitorização e controlo de faturação do Contrato Programa, elaboração do orçamento, monitorização do plano de atividades.



- f) **Na Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso**, verificaram-se as seguintes conquistas:
- Aquisição de uma base de dados jurídica;
  - Reforço da equipa e a melhoria dos procedimentos internos;
  - Administração do curso “Formação Jurídica para Não Juristas” com melhoria do relacionamento interpessoal e partilha de saberes.
- g) **Na Direção de Comunicações e Relações Públicas**, as principais conquistas foram:
- Definição da estratégia de uniformização dos sites do SNS (ADSE, ACSS, INSA e outros);
  - Realização de diversos eventos (“Plano setorial das TIC”, “Reformas de proximidade”, “eHealth Winter Week”, entre outros);
  - Desenvolvimento de trabalhos no sentido da aposta em novos canais digitais.
- h) **Na Unidade de Apoio Geral**, destacaram-se como principais conquistas no período:
- Mudança de instalações do edifício da Av. João Crisóstomo para o edifício da Av. da República;
  - Ativação dos painéis solares instalados no edifício da Rua do Breiner – 80 painéis de 250W (20.000W) com uma poupança estimada anual de 150.220€ (12.576€/mês).
- i) Na área de **Inovação e Research**, destacaram-se as seguintes atividades:
- Apresentações realizadas: Med@Tel Luxemburgo (TE.M.S e RSP), EFMI STC Paris (epower patients), Nova Workshop on Health Informatics (SIRG) e *eHealth Summer week* (epower patients); foi ainda aprovada a HCIST Porto (telepathology; Health BI).
  - Prémios: Candidatura ao prémio europeu de promoção empresarial 2016 – Catálogo Público da Saúde e Projetos internacionais e submissão de candidatura à linha FTI H2020 e apoio ao início 2 projetos financiados H2020 (de 3 candid.).

Em face do exposto, podemos concluir que a SPMS mantém uma tendência positiva no cumprimento dos objetivos preconizados na sua estratégia, considerando atual taxa de execução de 32% do plano, que expressa o esforço da SPMS em cumprir o seu plano de atividades, apesar da sobrecarga com as novas atividades realizadas face às novas competências assumidas e outros condicionalismos atrás descritos.

### III. Execução do orçamento

#### 5. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental					
Principais agregados	JUN - 2014	JUN - 2015	JUN - 2016	Variação	%
Previsões Corrigidas	71.618.778,00 €	70.714.934,00 €	86.312.285,00 €	15.597.351,00 €	22%
Receitas Liquidadas	9.301.616,00 €	37.261.644,00 €	17.368.355,00 €	- 19.893.289,00 €	-53%
Liquidações anuladas	- €	105.206,00 €	648.788,00 €	543.582,00 €	517%
Recebimentos	10.422.581,00 €	24.889.189,00 €	20.152.498,00 €	- 4.736.691,00 €	-19%
Dotações corrigidas	55.805.564,00 €	54.532.680,00 €	83.500.661,00 €	28.967.981,00 €	53%
Cativos ou congelamentos	8.133.082,00 €	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €	492.257,00 €	7%
Compromissos assumidos	29.573.526,00 €	39.458.872,00 €	36.647.626,00 €	- 2.811.246,00 €	-7%
Saldo de gerência anterior	12.722.631,00 €	15.813.695,00 €	2.721.950,00 €	- 13.091.745,00 €	-83%
Pagamentos	14.238.323,00 €	15.287.545,00 €	12.674.787,00 €	- 2.612.758,00 €	-17%
<b>Saldo</b>	<b>8.906.889,00 €</b>	<b>25.415.339,00 €</b>	<b>10.199.661,00 €</b>	<b>- 15.215.678,00 €</b>	<b>-</b>

Outros indicadores	JUN - 2014	JUN - 2015	JUN - 2016	Variação	%
Receita por cobrar no início	2.172.179,00 €	5.023.628,00 €	4.597.306,00 €	- 426.322,00 €	-8%
Receita por cobrar no final	1.051.214,00 €	1.477.182,00 €	1.164.375,00 €	- 312.807,00 €	-21%
Compromissos por pagar	15.335.203,00 €	24.171.327,00 €	23.972.839,00 €	- 198.488,00 €	-1%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No segundo trimestre de 2016 a SPMS procedeu à entrega do saldo de gerência do ano anterior, no valor de 2.637.888€ (não inclui a parte do saldo referente a fundos comunitários).

#### 6. Execução da receita com referência a 30 de junho de 2016

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS													
Jun-16													
Font. Fin.	Agrup.	Designação	Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
			[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]-[5]+[6]	[8]	[9]-[7]-[8]	[10]-[2]+[3]-[4]-[7]	[11]-[7]/[1]
3.1.9	R06.03	RECHITAS CORRENTES	33.340.000 €	- €	13.999.999 €	- €	13.999.999 €	- €	13.999.999 €	- €	13.999.999 €	- €	42,0%
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	1.821.414 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
4.8.0	R06.09	RESTO DO MUNDO	214.535 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02	SERVICOS	27.670.166 €	4.597.306 €	2.462.277 €	648.788 €	1.169.694 €	4.076.726 €	5.246.421 €	- €	5.246.421 €	1.164.375 €	19,0%
5.1.0	R08.01	OUTRAS	906.080 €	- €	906.079 €	- €	906.079 €	- €	906.079 €	- €	906.079 €	- €	0,0%
5.1.0	R12.07	PASSIVOS FINANCIEROS	19.637.140 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.2.0	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	2.721.950 €	- €	2.721.950 €	- €	2.721.950 €	- €	2.721.950 €	2.637.888 €	84.062 €	- €	0,0%
			86.312.285 €	4.597.306 €	20.090.305 €	648.788 €	18.797.722 €	4.076.726 €	22.874.448 €	2.637.888 €	20.236.560 €	1.164.375 €	23,4%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento



Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 23,4%.

À data deste relatório a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS ainda não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde os valores referentes ao primeiro e ao segundo trimestre, no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade, devido ao facto do mesmo ainda não estar aprovado pelas tutelas.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de junho.

(Unid Monetária: Euros)

Receita	JUN - 2014	JUN - 2015	JUN - 2016
Valor Orçamentado	71.618.778,00 €	70.714.934,00 €	86.312.285,00 €
Valor Executado	23.145.212,00 €	40.702.884,00 €	20.236.560,00 €
<b>Taxa de Execução</b>	<b>32,32%</b>	<b>57,56%</b>	<b>23,45%</b>

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

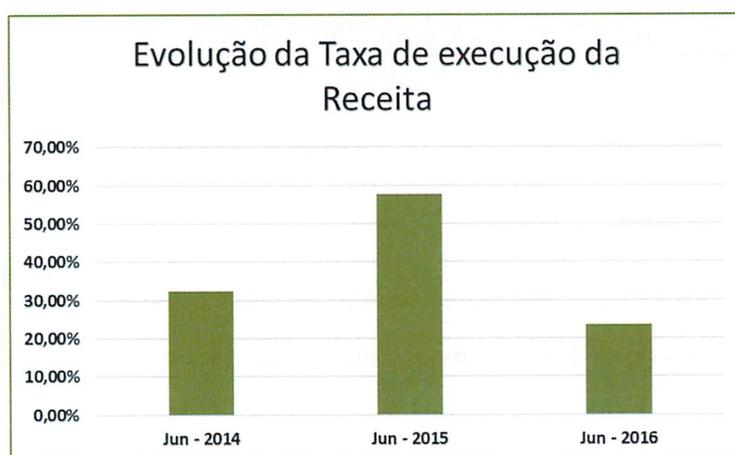


Figura 4 – Evolução da taxa de execução da receita

No 2º trimestre a SPMS recebeu o corresponde ao primeiro semestre dos duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes para a SPMS.

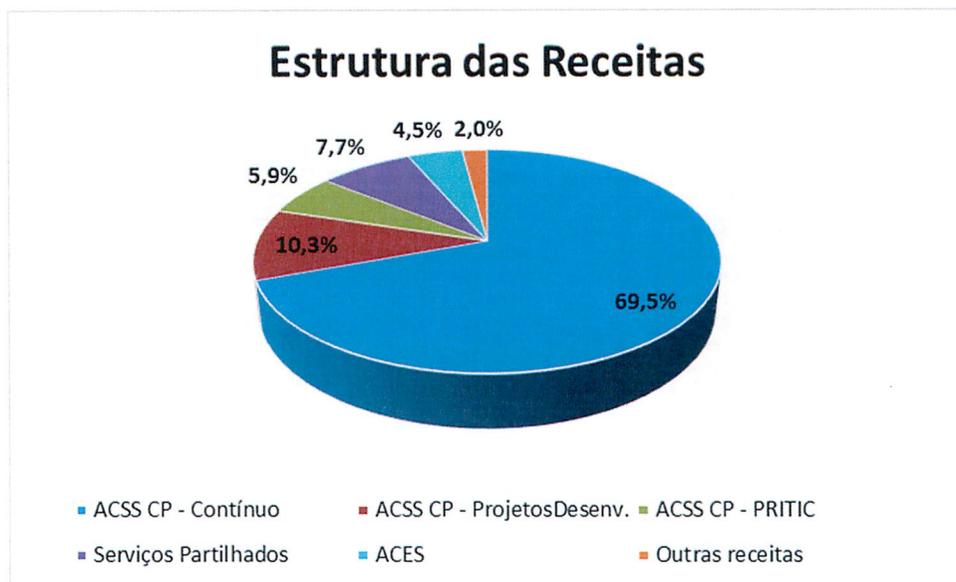


Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

(Unid Monetária: Euros)

JUN2016 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
Fonte de Financiamento	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2015	Receita inicial estimada	Receita estimada atual	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	13.999.999,00 €	13.999.999,00 €	50%
3.1.9	06.03.07	Transferência Capital - ACES	- €	5.340.000,00 €	5.340.000,00 €	- €	- €	0%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	228.790,39 €	1.821.414,00 €	- €	- €	0%
4.8.0	06.09.01	UE	- €	214.535,40 €	214.535,40 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	2.189.338,50 €	7.084.800,00 €	7.084.800,00 €	-	111.930,00 €	22%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC	1.197.823,82 €	11.104.194,00 €	11.104.194,00 €	-	3,69 €	10%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	741.894,92 €	3.861.395,24 €	2.939.137,64 €	1.506.308,06 €	1.560.809,13 €	34%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM	- €	1.655.629,20 €	130.004,68 €	65.002,34 €	65.002,34 €	4%
5.1.0	07.02.99.C0	SICAD	3.928,46 €	192.931,59 €	96.465,79 €	3.352,38 €	3.928,46 €	2%
5.1.0	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	384.313,50 €	2.968.554,56 €	1.134.830,00 €	239.776,20 €	151.314,97 €	5%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaçor)	369,00 €	1.123.034,71 €	1.123.034,71 €	- €	369,00 €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	23.304,13 €	307.500,00 €	307.500,00 €	110.587,85 €	133.891,98 €	40%
5.1.0	07.02.99.C0	Iasaúde (Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM)	56.334,00 €	- €	- €	396,00 €	55.876,00 €	99%
5.1.0	07.02.99.C0	Outros C (1)	- €	89.544,00 €	89.544,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	SCM (Santa Casa da Misericórdia)	- €	37.372,32 €	37.372,32 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	IPST (Instituto Português do Sangue e da Transplantação)	- €	89.790,00 €	89.790,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	Serv. Prisionais	- €	61.500,00 €	61.500,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	08.01.99	ACES	- €	- €	- €	905.946,79 €	905.946,79 €	0%
5.1.0	08.01.99	Outros	- €	- €	- €	132,00 €	132,00 €	0%
<b>Total</b>			<b>4.597.306,33 €</b>	<b>62.359.571,40 €</b>	<b>59.574.122,54 €</b>	<b>16.719.566,93 €</b>	<b>20.152.498,30 €</b>	<b>32%</b>

(1) Inclui: SICAD projeto Clínico - Alcool e RAM projeto Plataforma de Gestão de Tratamento Vital

Figura 6 – Taxa de execução da receita



## 7. Execução da despesa com referência a 30 de junho de 2016

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
Jun-16									
Un: euro									
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3]=[1]-[2]	[4]	[5]	[6]=[3]-[4]	[7]=[3]-[5]	[8]=[4]-[5]	[9]=[5]/[3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7.284.082 €	653.965 €	6.630.117 €	4.718.278 €	3.458.645 €	1.911.839 €	3.171.472 €	1.259.633 €	52,2%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	205.677 €	19.452 €	186.225 €	175.626 €	103.911 €	10.599 €	82.314 €	71.715 €	55,8%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.580.755 €	132.431 €	1.448.324 €	1.212.591 €	662.314 €	235.733 €	786.010 €	550.277 €	45,7%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	141.800 €	-	141.800 €	140.623 €	100.146 €	1.177 €	41.654 €	40.477 €	70,6%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	18.050.686 €	-	18.050.686 €	16.220.840 €	5.083.426 €	1.829.846 €	12.967.260 €	11.137.414 €	28,2%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	26.000 €	-	26.000 €	25.310 €	15.361 €	690 €	10.639 €	9.949 €	59,1%
3.1.9 D07.01 INVESTIMENTOS	711.000 €	-	711.000 €	299.619 €	194.498 €	411.381 €	516.502 €	105.120 €	27,4%
3.1.9 D10.07 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.340.000 €	-	5.340.000 €	5.340.000 €	771.756 €	-	4.568.244 €	4.568.244 €	14,5%
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.351.264 €	14.320 €	1.336.944 €	161.696 €	-	1.175.248 €	1.336.944 €	161.696 €	0,0%
4.1.2 D07.01 INVESTIMENTOS	424.150 €	-	424.150 €	-	-	424.150 €	424.150 €	-	0,0%
4.8.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	260.535 €	13.428 €	247.107 €	980 €	980 €	246.127 €	246.127 €	-	0,4%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	574.180 €	115.032 €	459.148 €	401.907 €	155.591 €	57.241 €	303.557 €	246.316 €	33,9%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.055.046 €	6.350.710 €	9.704.336 €	7.052.673 €	1.669.471 €	2.651.663 €	8.034.865 €	5.383.201 €	17,2%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	-	1.000 €	-	-	1.000 €	1.000 €	-	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	7.216.989 €	712.189 €	6.504.800 €	437.927 €	437.801 €	6.066.873 €	6.066.999 €	126 €	6,7%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	4.640.357 €	-	4.640.357 €	459.556 €	20.886 €	4.180.801 €	4.619.471 €	438.670 €	0,5%
5.1.0 D10.07 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.637.140 €	-	19.637.140 €	-	-	19.637.140 €	19.637.140 €	-	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>83.500.661 €</b>	<b>8.011.527 €</b>	<b>75.489.134 €</b>	<b>36.647.626 €</b>	<b>12.674.787 €</b>	<b>38.841.508 €</b>	<b>62.814.347 €</b>	<b>23.972.839 €</b>	<b>16,8%</b>

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 16,8%, abaixo da taxa padrão de 50%. Com a aprovação do contrato programa e a operacionalização do Orçamento do Estado para 2016, espera-se recuperar o atraso na execução, agora verificado.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 8M€, limita a assunção de compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de junho.

Despesa	(Unid Monetária: Euros)		
	JUN - 2014	JUN - 2015	JUN - 2016
Valor Orçamentado	55.805.564,00 €	54.532.680,00 €	83.500.661,00 €
Valor cativo	8.133.082,00 €	7.519.270,00 €	8.011.527,00 €
Valor Executado	14.238.323,00 €	15.287.545,00 €	12.674.787,00 €
<b>Taxa de Execução</b>	<b>29,87%</b>	<b>32,52%</b>	<b>16,79%</b>

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 – Evolução da taxa de execução da despesa

Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.

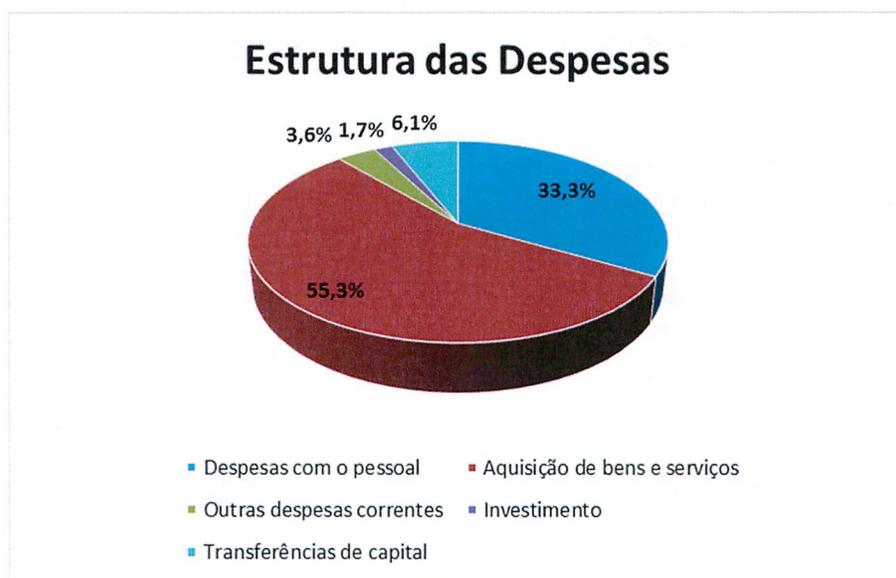


Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago, 55% correspondeu a aquisição de serviços e 33% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em junho de 2015, foi superior à despesa no 1º semestre de 2016, principalmente ao nível de aquisição de bens e serviços.



(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2015					
Principais agregados	JUN - 2014	JUN - 2015	JUN - 2016	Variação	%
Despesas com o pessoal	3.959.011,00 €	3.871.827,00 €	4.224.870,00 €	353.043,00 €	9%
Aquisição de bens e serviços	5.674.806,00 €	9.777.643,00 €	7.009.615,00 €	-2.768.028,00 €	-28%
Outras despesas correntes	4.542.860,00 €	992.716,00 €	453.162,00 €	-539.554,00 €	-54%
Investimento	61.646,00 €	645.359,00 €	215.384,00 €	-429.975,00 €	-67%
Transferências de capital	- €	- €	771.756,00 €	771.756,00 €	0%
<b>Total</b>	<b>14.238.323,00 €</b>	<b>15.287.545,00 €</b>	<b>12.674.787,00 €</b>	<b>-2.612.758,00 €</b>	<b>-17%</b>

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento

Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de pagamentos por linha de serviço.

Pagamentos a 30-06-2016 por Linha de Serviço			
LS	Linha de Serviço	Direção	Valor c/IVA
1	Licenciamento	DSI	2.542.725 €
2	Comunicações, Infraestrutura, Produção e Segurança	DSI	1.460.465 €
3	Sistemas de Registos Centrais e BI	DSI	279.686 €
4	Sistemas de Informação Financeira	DSI	399.109 €
5	Sistemas de Informação Clínicos	DSI	683.656 €
6	DSI	DSI	6.089 €
7	Sistemas Locais e Transversais	DSI	132.902 €
8	Suporte às aplicações internas da ACSS	DSI	8.878 €
9	Planeamento SI e Gestão de Clientes	DSI	2.460 €
10	Projetos Internacionais e Interoperabilidade Semântica	DSI	218.792 €
11	Centro de Suporte	DSI	89.944 €
12	Unidade de Aprovisionamento	DCT	172.219 €
13	Unidade Ministerial Compras	DCT	2.460 €
14	Unidade de Apoio Geral	UAG	348.978 €
15	Direção de Compras Transversais	DCT	40.028 €
16	Direção de Compras da Saúde	DCS	64.469 €
17	Direção de Recursos Humanos	DRH	4.525.299 €
18	Serviços Internos Financeiros	DF	518.944 €
19	Serviços Partilhados de Logística e Finanças	DF	27 €
20	Direção Financeira	DF	793.420 €
21	Serviços Partilhados de Recursos Humanos	DRH	45.241 €
22	Direção Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	DPDO	23.810 €
23	Direção de Comunicação e Relações Públicas	DCRP	166.595 €
24	Direção Assuntos Jurídicos e Contencioso	DAJC	148.592 €
<b>Total Geral</b>			<b>12.674.787 €</b>

Figura 12 – Estrutura de pagamentos por Linha de Serviço

Como se pode verificar, a linha de serviço que assume maior despesa é a denominada por “Direção de recursos humanos”, devido ao pagamento dos vencimentos do 1.º semestre.



## IV. Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço



**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE**

**Balanço Individual em 30 de Junho 2016**

(Valores expressos em euros)

Rubricas	30 Jun.16	30 Jun.15
<b>ACTIVO</b>		
<b>Activo não corrente</b>		
Activos Fixos Tangíveis	2.154.627,52	1.356.892,84
Activos Intangíveis	762.212,96	-
	<b>2.916.840,48</b>	<b>1.356.892,84</b>
<b>Activo Corrente</b>		
Clientes	1.163.904,99	1.434.251,27
Estado e Outros Entes Públicos	771.655,06	61.327,99
Accionistas/Sócios	362.651,38	-
Outras contas a receber	4.807.346,53	4.348.725,62
Diferimentos	72.695,39	153.439,40
Caixa e depósitos bancários	8.168.897,78	25.712.328,92
	<b>15.347.151,13</b>	<b>31.710.073,20</b>
<b>Total do Activo</b>	<b>18.263.991,61</b>	<b>33.066.966,04</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		
<b>Capital próprio</b>		
Capital realizado	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultados Transitados	-26.355.933,91	9.489.274,93
Resultado líquido do exercício	3.818.773,33	8.513.615,44
<b>Total do capital próprio</b>	<b>-16.537.160,58</b>	<b>24.002.890,37</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo não corrente</b>		
Provisões	617.335,25	260.000,00
Financiamentos obtidos	21.483.492,57	-
	<b>22.100.827,82</b>	<b>260.000,00</b>
<b>Passivo Corrente</b>		
Fornecedores	1.741.879,51	2.440.572,02
Estado e outros entes públicos	1.864.542,11	6.144.329,86
Financiamentos obtidos	889.087,65	-
Outras contas a pagar	8.204.815,10	219.173,79
	<b>12.700.324,37</b>	<b>8.804.075,67</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>34.801.152,19</b>	<b>9.064.075,67</b>
<b>Total Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>18.263.991,61</b>	<b>33.066.966,04</b>



## 2. Demonstração de Resultados



**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE**  
**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas período findo em 30 de junho 2016**  
**(Valores expressos em euros)**

<b>Rendimentos e Gastos</b>	<b>30 Jun.16</b>	<b>30 Jun.15</b>
Vendas e serviços prestados	5.924.235,94	21.725.782,30
Subsídios à exploração	13.999.999,00	1.297,23
Fornecimentos e Serviços Externos	-9.689.184,48	-6.225.285,39
Gastos com o Pessoal	-3.811.360,65	-2.958.182,12
Outros rendimentos e ganhos	131.291,26	22.479,19
Outros gastos e perdas	-224.910,43	-250.741,62
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>6.330.070,64</b>	<b>12.315.349,59</b>
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-831.118,29	-564.200,40
<b>Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)</b>	<b>5.498.952,35</b>	<b>11.751.149,19</b>
Juros e gastos similares suportados	-317.774,78	-
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>5.181.177,57</b>	<b>11.751.149,19</b>
Imposto sobre o rendimento	-1.362.404,24	-3.237.533,75
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3.818.773,33</b>	<b>8.513.615,44</b>



### 3. Demonstração dos Fluxos de Caixa



**SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE**  
**Demonstração Individual de Fluxos de Caixa período findo em 30 de junho de 2016**  
**(Valores expressos em euros)**

Rubricas	30 Jun.16	30 Jun.15
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	5.181.876,17	24.883.754,00
Pagamentos a fornecedores	7.039.062,55	10.326.326,98
Pagamentos ao pessoal	3.556.395,67	3.277.062,07
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>(5.413.582,05)</b>	<b>11.280.364,95</b>
Pagamento / recebimento de impostos sobre o rendimento	(100.658,85)	(606.792,10)
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	10.752.993,92	(857.532,26)
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>	<b>5.238.753,02</b>	<b>9.816.040,59</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	158.294,58	645.842,16
Activos intangíveis	27.044,01	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>	<b>-185.338,59</b>	<b>9.170.198,43</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	-	-
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>5.053.414,43</b>	<b>9.170.198,43</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3.115.483,35</b>	<b>16.542.130,49</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>8.168.897,78</b>	<b>25.712.328,92</b>



## 4. Notas às Demonstrações Financeiras

### Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/ linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

### Clientes

No 1º semestre de 2016 os valores em dívida de clientes diminuíram face ao período homólogo do ano anterior. O montante em dívida refere-se a faturas emitidas referente a serviços partilhados prestados à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e à Administração Regional de Saúde do Centro. Também a Direção Geral de Saúde apresenta um valor em dívida com algum significado, designadamente no que respeita ao Programa de Troca de Seringas.

### Outras contas a receber

A SPMS em junho de 2016 reconheceu rendimentos a faturar no âmbito do Contrato Programa com a ACSS relativamente a metas já realizadas referente a projetos de desenvolvimento e PRITIC (cerca de 4,4 milhões de euros) que ainda não foram faturados, em virtude de ainda não ter sido aprovado o contrato por parte das Tutelas. Esta rubrica contempla ainda as dívidas a receber provenientes da transmissão das posições jurídicas dos ACES's.

### Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

### Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de

descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

O valor de 2016 reduziu-se significativamente face ao ano anterior devido à entrega do saldo de gerência de 2014. À data de referência esta rubrica apenas inclui caixa e depósitos no IGCP.

### Capital

O capital estatutário de 6.000.000€ da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 30 de junho de 2016.

### Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 4.043.591,30€, foi transferido para resultados transitados.

Em 2015 esta rubrica sofreu ainda uma diminuição de 15.813.695€ por via da entrega ao Tesouro do saldo de gerência de 2014 e de 21.437.217€ por via da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS operada pelo Decreto-Lei n.º 209/2015, o que levou a que o capital próprio da SPMS passasse a assumir valores negativos.

Nesta matéria, salientar que se encontram em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, em ordem ao financiamento das responsabilidades creditícias transmitidas *ope legis* pelo supracitado diploma legal (e.g. dívida bancária, fornecedores e outros credores).

### Provisões

A 31 de dezembro de 2015 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 617.335,25 euros referente a processos judiciais em curso, que se mantem.

### Financiamentos obtidos

Esta rubrica, quer a componente a médio e longo prazo, quer a componente de dívida a curto prazo, reflete a dívida bancária proveniente dos ACE's SOMOS.

### Fornecedores



A SPMS tem como objetivo a diminuição desta rubrica e conseqüentemente a diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores, sem comprometer o equilíbrio orçamental.

#### Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a IRC, IRS e Segurança Social.

#### Outras Contas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias, subsídio de férias e os respetivos encargos bem como dividas a outros credores provenientes dos ACE's SOMOS.

#### Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica no 1º semestre refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades da saúde.

#### Subsídios à exploração

O valor registado nesta rubrica corresponde ao reconhecimento dos duodécimos da transferência orçamental do Orçamento do Estado realizada pela ACSS.

#### Fornecimentos e serviços externos

Os valores registados nesta rubrica referem-se essencialmente a subcontratações no âmbito do contrato programa com a ACSS.

#### Gastos com o pessoal

No 1º semestre de 2016 o valor registado nesta rubrica aumentou em relação ao valor registado no período homólogo do ano anterior porque a SPMS considerou respectivo acréscimo de férias e subsídio de férias referente a 2016 e a liquidar em 2017.

#### Outros gastos e perdas

Esta rubrica apresenta um valor semelhante face ao mesmo período de 2015.

#### Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado durante o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.



### Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 30 de junho de 2016, evidencia um resultado líquido do período de 3.818.773,33€.

### Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2016 foram ligeiramente inferiores em relação a 2015, no entanto prevê-se o restabelecimento da normalidade já no próximo trimestre. No entanto a evolução da DFC deve ser lida tendo em consideração a passagem dos recebimentos referentes à manutenção (contínuo) do Contrato-Programa de “Recebimentos de Clientes” para “Outros recebimentos”, em virtude da alteração da sua proveniência (Duodécimos - Transferências correntes do orçamento do Estado).

### Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um valor inferior face ao período homólogo do ano anterior, atentas as limitações conjunturais do 1.º semestre de 2016.

### Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior.

### Outros Pagamentos/Recebimentos

Em 2016 o montante desta rubrica é muito superior face ao mesmo período de 2015, face à alteração da classificação dos recebimentos provenientes do contrato programa, anteriormente referido.

### Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica reflete pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

### Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo menor no final do período, face à entrega ao Tesouro no 4.º trimestre de 2015 do saldo de gerência apurado.



## V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência ao final do mês de junho de 2016 e sua situação face ao limite ou objetivo estipulado em sede previsional.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	junho 16	Limite/objetivo
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	3.818.773,33 €	4.821.056,00 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	-91%	83%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,21	4,22
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	-0,48	4,88
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	5.498.952,35 €	6.471.216,00 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	6.330.070,64 €	10.145.727,00 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	9.689.184,48 €	27.733.230,00 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	20.055.526,20 €	47.376.430,00 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	103.562,97 €	260.108,72 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	16.250,29 €	21.559,43 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	28.371,29 €	144.253,24 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	3.811.360,65 €	8.029.963,12 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	13.500.545,13 €	28.366.429,58 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços + Subsídios à exploração	NA	DR	19.924.234,94 €	39.903.249,15 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	68%	71%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	12.307,70 €	25.273,24 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	5.181.876,17 €	52.002.713,51 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	7.039.062,55 €	29.969.725,42 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de junho	Média Fornecedores dos últimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	27,28	20,05
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de junho	Média Clientes dos últimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos últimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	44,28	19,01
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		0,62	1,05
Saldo médio mensal de clientes - Dados de junho	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.046.020,49 €	1.212.838,00 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de junho	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	3.288.751,18 €	1.873.455,00 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	13.999.999,00 €	33.783.325,78 €

A deterioração dos indicadores da SPMS, especialmente os que refletem o seu capital próprio, está intimamente ligada à transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS para a SPMS.

## **VI. Conclusão**

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. A SPMS mantém uma tendência positiva no cumprimento dos objetivos preconizados na sua estratégia, considerando atual taxa de execução de 32% do plano, que expressa o esforço da SPMS em cumprir o seu plano de atividades, apesar da sobrecarga com as novas atividades realizadas face às novas competências assumidas e outros condicionalismos atrás descritos
2. A SPMS apresenta no 1º semestre de 2016 uma execução orçamental equilibrada, embora ainda não tenha sido aprovado o contrato programa com a ACSS. A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 8M€, limita a assunção de compromissos e, conseqüentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação;
3. As demonstrações financeiras estão amplamente influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta negativo face ao impacto dos resultados transitados, e o Passivo face ao reconhecimento do Financiamento Bancário;
4. Nesta matéria salientar, que se encontram em curso diligências pelo titular da função acionista da SPMS, tendentes a permitir o respetivo aumento de capital, em ordem ao financiamento das responsabilidades creditícias transmitidas ope legis pelo supracitado diploma legal (e.g. dívida bancária, fornecedores e outros credores);
5. Emerge assim uma necessidade de definição da forma de financiamento da SPMS, com vista à liquidação das dívidas que foram transmitidas pelos ACE's SOMOS.

SPMS, em Lisboa, 28 de julho de 2016



## Anexo I – Legislação do segundo trimestre com impacto na atividade da SPMS

- **LEI N.º 17/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 116/2016, SÉRIE I DE 2016-06-20, Assembleia da República** – Alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida);
- **LEI N.º 18/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 116/2016, SÉRIE I DE 2016-06-20, Assembleia da República** – Estabelece as 35 horas como período normal de trabalho dos trabalhadores em funções públicas, procedendo à segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
- **Portaria n.º 138/2016, Diário da República n.º 93, Série I de 13 de maio** – Segunda alteração à Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes;
- **DECRETO-LEI N.º 32/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 122/2016, SÉRIE I DE 2016-06-28** – Clarifica as posições jurídicas detidas pelo SUCH, pelo Centro Hospitalar Lisboa Central, E. P. E., pelo Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E. P. E., e pelo Centro Hospitalar de Lisboa Norte, E. P. E., nos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «Somos Contas» e «Somos Pessoas», procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março;
- **PORTARIA N.º 153/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 102/2016, SÉRIE I DE 2016-05-27, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde** – Altera a Portaria n.º 343/2015, de 12 de outubro, que define as condições de instalação e funcionamento a que devem obedecer as unidades de internamento e de ambulatório de cuidados continuados integrados pediátricos, bem como das equipas de gestão de altas e das equipas de cuidados continuados integrados destinadas a cuidados pediátricos da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), por forma a implementar experiências-piloto das unidades de internamento e de ambulatório de cuidados continuados pediátricos;
- **PORTARIA N.º 154/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 102/2016, SÉRIE I DE 2016-05-27, Saúde** – Regula o regime de preços notificados dos medicamentos sujeitos a receita médica não comparticipados ou não comparticipáveis, nos termos da Portaria n.º 195-C/2015, de 30 de junho;
- **PORTARIA N.º 176/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 119/2016, SÉRIE I DE 2016-06-23 – Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde** – Fixa os preços dos cuidados de saúde prestados nas unidades de internamento de cuidados integrados pediátricos de nível 1 (UCIP nível 1) e de ambulatório pediátricas no âmbito das experiências piloto a desenvolver no contexto da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI);
- **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 111/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE I DE 2016-06-22 Assembleia da República** – Adoção de medidas integradas de incentivo à natalidade e de proteção da parentalidade;



- **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 115/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 119/2016, SÉRIE I DE 2016-06-23 Assembleia da República** – Recomenda ao Governo um conjunto de medidas no âmbito do apoio e proteção a pessoas queimadas;
- **RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 92/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 102/2016, SÉRIE I DE 2016-05-27, Assembleia da República** – Recomenda ao Governo que concretize um plano estratégico para a implementação dos rastreios oncológicos de base populacional;
- **RESOLUÇÃO N.º 16/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 115/2016, SÉRIE II DE 2016-06-17 Presidência do Conselho de Ministros – Conselho de Ministros** – Designa a presidente do conselho de administração da Entidade Reguladora da Saúde;
- **Despacho n.º 4771-A/2016 – Diário da República n.º 68, Série II de 7 de abril – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Estabelece disposições sobre a implementação de rastreios de base populacional nas áreas do cancro da mama, do cancro do colo do útero, do cancro do cólon e reto e da retinopatia diabética;
- **Despacho n.º 4835-A/2016 – Diário da República n.º 69, Série II de 8 de abril – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Determina que as instituições hospitalares integradas no Serviço Nacional de Saúde, independentemente da sua natureza jurídica, devem dar prioridade ao atendimento dos utentes que sejam referenciados através dos Cuidados de Saúde Primários ou do Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde (linha Saúde 24);
- **Despacho n.º 5372/2016 – Diário da República n.º 77, Série II de 20 de abril – Gabinete do Ministro da Saúde** – Cria e designa o consultor de um Núcleo de Apoio Estratégico (NAE) para apoiar a equipa governamental do Ministério da Saúde no âmbito da coordenação estratégica e na avaliação periódica dos novos programas horizontais - "Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados" e da "Prevenção e Gestão da Doença Crónica";
- **Despacho n.º 5868-B/2016 – Diário da República n.º 84, 1º Suplemento, Série II de 2 de Maio – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Implementa, no âmbito do Programa Nacional para a Saúde da Visão (PNSV), o rastreio de saúde visual infantil (RSVI) de base populacional e o rastreio oportunístico da degenerescência macular da idade (DMI), nos cuidados de saúde primários, de forma faseada, através de experiências-piloto;
- **Despacho n.º 5911-B/2016 – Diário da República n.º 85, 2º Suplemento, Série II de 3 de maio – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Estabelece disposições para a referenciação do utente, para a realização da primeira consulta hospitalar, em qualquer das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde onde exista a especialidade em causa;
- **Despacho n.º 5911-B/2016 – Diário da República n.º 85/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-05-03, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Estabelece disposições para a referenciação do utente, para a realização da primeira consulta hospitalar, em qualquer das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde onde exista a especialidade em causa;
- **Despacho n.º 5911-C/2016 – Diário da República n.º 85/2016, 3º Suplemento, Série II de 2016-05-03, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Determina que a celebração ou renovação de contratos de trabalho pelos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde, com a natureza de entidade pública



empresarial e integrados no Serviço Nacional de Saúde, depende de prévia autorização do membro do Governo responsável pela área da saúde;

- **Despacho n.º 6170-A/2016 – Diário da República n.º 89/2016, 1º Suplemento, Série II de 9 de maio – Gabinete do Ministro** – Determina que a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS), em colaboração com os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), assegure que o sistema de informação de apoio permita a referenciação para a primeira consulta de especialidade em qualquer uma das unidades hospitalares do Serviço Nacional de Saúde onde exista a especialidade em causa;
- **Despacho n.º 6300/2016, Diário da República n.º 92, Série II de 12 de maio – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Determina que devem as Administrações Regionais de Saúde assegurar, até final do ano de 2017, em todos os agrupamentos de centros de saúde (ACES), a existência de consultas de apoio intensivo à cessação tabágica e o acesso a espirometria e a tratamentos de reabilitação respiratória;
- **Despacho n.º 6401/2016, Diário da República n.º 94, Série II de 16/05 – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Determina o desenvolvimento, no âmbito do Plano Nacional de Saúde, de programas de saúde prioritários nas áreas de Prevenção e Controlo do Tabagismo, Promoção da Alimentação Saudável, Promoção da Atividade Física, Diabetes, Doenças Cérebro-cardiovasculares, Doenças Oncológicas, Doenças Respiratórias, Hepatites Virais, Infecção VIH/Sida e Tuberculose, Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos e Saúde Mental;
- **Despacho n.º 6744/2016, Diário da República n.º 99, Série II de 23 de maio - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Estabelece disposições sobre o programa de simplificação administrativa, no âmbito do Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil e do Programa Nacional de Vacinação, que inclui os seguintes projetos: “Nascer Utente”, “Notícia Nascimento”, “eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil” e “eBoletim de Vacinas”;
- **DESPACHO N.º 7159-B/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 104/2016, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2016-05-31, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Determina que os logótipos que constam nos modelos de receita médica são substituídos pelo logótipo «República Portuguesa – Saúde»;
- **DESPACHO N.º 7824/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 113/2016, SÉRIE II DE 2016-06-15, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Designa os membros da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, cuja súmula curricular consta em anexo;
- **DESPACHO N.º 7825/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 113/2016, SÉRIE II DE 2016-06-15, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Determina que, é criada a Comissão de Acompanhamento do Compromisso para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde, adiante designada Comissão de Acompanhamento;
- **DESPACHO N.º 8123/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22Saúde – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2016-2017, emitidas a partir de 1 de julho de 2016, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano;



- **DESPACHO N.º 8198/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 119/2016, SÉRIE II DE 2016-06-23Saúde – Gabinete do Secretário de Estado da Saúde** – Estabelece disposições sobre a celebração de contratos públicos de aprovisionamento (CPA) com vista ao fornecimento de Vacinas e Tuberculinas, no âmbito de concurso público lançado pela Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (CP 2016/13);
- **DESPACHO N.º 8264/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 120/2016, SÉRIE II DE 2016-06-24Saúde – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Determina que a vacinação contra a tuberculose com a vacina BCG passa a estar recomendada a crianças com idade inferior a 6 anos (5 anos e 364 dias) e pertencentes a grupos de risco, a definir através de Norma a emitir pela Direção-Geral da Saúde;
- **DESPACHO N.º 8533-A/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 124/2016, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2016-06-30, Saúde – Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde** – Cria, na dependência do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a Comissão de Regulamentação da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 17/2016, de 20 de junho;
- **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 23/2016/M – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 120/2016, SÉRIE I DE 2016-06-24 - Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa** – Estabelece o regime da responsabilidade financeira da Região Autónoma da Madeira na prestação de cuidados de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde e consagra o princípio da reciprocidade;
- **DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 26/2016/M – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 124/2016, SÉRIE I DE 2016-06-30** – Estabelece o Plano Regional de Prevenção e Controlo de Doenças Transmitidas por Vetores e define o âmbito territorial, os objetivos gerais e específicos e a atribuição das competências;
- **DELIBERAÇÃO N.º 1014/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22Saúde – Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.** – Nomeação do Diretor do Departamento de Saúde Pública, em regime de substituição;
- **Deliberação n.º 797/2016 – Diário da República n.º 89/2016, Série II de 2016-05-09Saúde – Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.** – Extinção da Unidade de Gestão de Informação; criação da Unidade de Gestão da Conta do Medicamento e dos Dispositivos Médicos;
- **Anúncio de procedimento n.º 2596/2016 – Diário da República n.º 85/2016, Série II de 2016-05-03, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – CP 2016/74** – Acordo quadro para fornecimento de Material dispoável de bloco operatório – Parte I-B às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde;
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3695/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 116/2016, SÉRIE II DE 2016-06-20SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – SERVIÇOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO EM REGIME DE OUTSOURCING PARA A ULSNE;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3749/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 117/2016, SÉRIE II DE 2016-06-21SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – CELEBRAÇÃO DE ACORDO QUADRO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA, DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E GESTÃO OPERACIONAL DOS SISTEMAS E BASES DE DADOS;**



- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3769/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Medicamentos antirretrovíricos para o tratamento da infeção por VIH;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3789/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – CP 2016/82 – Acordo quadro para fornecimento de Nastos e Fitas Cirúrgicas às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3790/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Pensos especiais;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3873/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3873/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3888/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27 – CP 2016/21 – Acordo quadro para fornecimento de Gazes Medicadas e Ligaduras de Gaze às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3943/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 123/2016, SÉRIE II DE 2016-06-29, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Ligaduras Medicadas, de Fixação e Proteção;**
- **ANÚNCIO DE PROCEDIMENTO N.º 3962/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 124/2016, SÉRIE II DE 2016-06-30, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Serviços de manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do sistema de informação BI-GDH;**
- **AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N.º 590/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 118/2016, SÉRIE II DE 2016-06-22, SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Acordo quadro para fornecimento de Gases utilizados em meio hospitalar às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde;**
- **AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO N.º 608/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. – Acordo quadro para Prestação de Serviços de Consultadoria na área Jurídica às Instituições e Serviços do Serviço Nacional de Saúde;**
- **AVISO N.º 7993/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27, Finanças – Direção-Geral do Tesouro e Finanças – Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2016;**
- **AVISO N.º 7993/2016 – DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 121/2016, SÉRIE II DE 2016-06-27, Finanças – Direção-Geral do Tesouro e Finanças – Taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) a vigorar entre 1 de julho e 31 de dezembro de 2016.**